

ANEXO II				
TEMAS COM PREVISÃO DE CONCLUSÃO APÓS 2026				
EIXO	MACROTEMA	Nº	TEMA	PREVISÃO
1 - Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Outorga	1.3	Regularizar a outorga de barragens de usos múltiplos - exceto AHEs.	2º/2027
	Alocação integrada rio/aquífero no rio Carinhonha (MG/BA).	1.5	Estabelecer critérios para o marco regulatório do rio Carinhonha (MG/BA).	2º/2027
	Outorga	1.6	Estabelecer critérios para compatibilização do uso da água no setor hidrelétrico com os demais setores usuários de recursos hídricos localizados a montante dos aproveitamentos hidrelétricos.	1º/2028
3 - Monitoramento Hidrológico	Implantação do automonitoramento hidrológico dos usos de recursos hídricos pelos usuários detentores de outorga emitida pela ANA	3.1	Estabelecer condições, deveres e procedimentos para a instalação e operação de estações hidrológicas visando ao monitoramento da quantidade e qualidade de água dos corpos hídricos por usuários de recursos hídricos detentores de outorgas emitidas pela ANA.	2º/2028
6 - Fiscalização	Procedimentos de fiscalização	6.1	Aprimorar o procedimento de fiscalização da ANA, incluindo a dosimetria de multa.	1º/2027
9 - Saneamento Básico	Governança Regulatória	9.1	Estabelecer normativo para determinar requisitos de elegibilidade de ERIs e estágios de desenvolvimento para o programa Pró-Saneamento (Etapa 2).	2º/2028
	Qualidade da prestação de serviços	9.6	Estabelecer norma de referência sobre padrões e indicadores operacionais para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2027
	Sustentabilidade da prestação de serviços	9.11	Diretrizes regulatórias para a subdelegação da prestação dos serviços de abastecimento água e esgotamento sanitário. (nova redação)	2º/2027
	Regulação tarifária	9.15	Estabelecer norma de referência sobre estrutura tarifária para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2028
		9.16	Estabelecer norma de referência sobre estrutura tarifária para os serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.	1º/2028
		9.17	Estabelecer norma de referência sobre modelo de regulação tarifária para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2027
	Regulação contábil	9.18	Estabelecer norma de referência sobre os critérios para a contabilidade regulatória para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2028
	Padronização de instrumentos negociais	9.19	Estabelecer norma de referência sobre matriz de riscos para contratos de concessão para prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.	2º/2027

(*)Republicada por ter saído, no DOU de 23-12-2025, Seção 1, pág. 234, com incorreção no original.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO DICOL/SUDAM Nº 1.652, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Suplementação de recursos do FDA no projeto da empresa SPARTA 300 SPE S.A., CNPJ 35.577.677/0001-71

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (DICOL/SUDAM), no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 11, inciso III e §3º, da Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007; no art. 10, caput, e parágrafo único, do anexo I, do Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022; e no art. 6º, inciso III, e parágrafo único do anexo do Regimento Interno da Sudam, aprovado pela Resolução Normativa/Dicol nº 9, de 25 de setembro de 2023, e alterado pela Resolução Normativa/Dicol nº 13, de 18 de março de 2024, e o que consta no Processo SEI nº 59004.001833/2025-67, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme artigo 22 §6º da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019, o pedido de suplementação de recursos do FDA no projeto de interesse da empresa SPARTA 300 SPE S.A., CNPJ 35.577.677/0001-71, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Art. 2º Autorizar a emissão de empenho de recursos do FDA no valor de R\$ 204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais), sendo R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) referente ao pedido de suplementação de recursos do FDA no projeto de interesse da empresa SPARTA 300 SPE S.A., CNPJ 35.577.677/0001-71 e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) referente a 2% de remuneração da Sudam por sua gestão e demais atribuições previstas nos artigos 10 e 11 do Decreto nº 10.053/2019.

Art. 3º Autorizar a celebração de contrato entre a empresa SPARTA 300 SPE S.A. - CNPJ 35.577.677/0001-71, e sua acionista controladora, e o Banco da Amazônia S.A., na qualidade de agente operador do pedido de suplementação de recursos, nos termos do Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 10.053/2019, e do §6º do art. 10 da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019.

Art. 4º Determinar a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, no prazo de cinco dias úteis, conforme disposto no §6º do art. 10 da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AHARON ALCOLUMBRE
Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia
Substituto

WILSON LUIZ ALVES FERREIRA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos
e de Atração de Investimentos

ALINE DIAS ROSSY
Diretor de Administração

RESOLUÇÃO DICOL/SUDAM Nº 1.654, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprovação de recursos do FDA para a empresa AGRONORTE LOGÍSTICA E AGRONEGÓCIOS LTDA. CNPJ: 00.293.663/0001-41.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - DICOL/SUDAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007; pelo art. 10, parágrafo único, do anexo I do Decreto nº 11.230, de 7 de outubro de 2022; e pelo art. 6º, II e XX, do anexo do Regimento Interno da Sudam, aprovado pela Resolução Normativa Dicol nº 9, de 25 de setembro de 2023, com as alterações da Resolução Normativa Dicol nº 13, de 18 de março de 2024, e o que consta no processo SEI nº 59004.002323/2024-26; resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme artigo 10 da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019, a participação de recursos do FDA no projeto de interesse da empresa AGRONORTE LOGÍSTICA E AGRONEGÓCIOS LTDA. CNPJ: 00.293.663/0001-41, tendo por objeto a ampliação de sua capacidade de operação com a construção e Instalação de Unidade de Recepção, Beneficiamento e Armazenamento de Grãos com capacidade estática de 38.400 toneladas no município de Bom Jesus do Tocantins -TO, no valor de R\$ 14.468.787,60 (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Art. 2º Autorizar a emissão de empenho de recursos do FDA no valor de R\$ 14.758.163,35 (catorze milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos), sendo R\$ 14.468.787,60 (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos) referente ao financiamento do projeto de interesse da Empresa AGRONORTE LOGÍSTICA E AGRONEGÓCIOS LTDA, CNPJ 00.293.663/0001-41 e R\$ 289.375,75 (duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) referente a 2% de remuneração da Sudam por sua gestão e demais atribuições previstas nos artigos 10 e 11 do Decreto nº 10.053/2019.

Art. 3º Autorizar a celebração de contrato entre a empresa AGRONORTE LOGÍSTICA E AGRONEGÓCIOS LTDA, CNPJ 00.293.663/0001-41, e sua acionista controladora, e o Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente operador, nos termos do Regulamento do FDA aprovado pelo Decreto nº 10.053/2019, e do §6º do art. 10 da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019.

Art. 4º Determinar a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, no prazo de cinco dias úteis, conforme disposto no §6º do art. 10 da Resolução Condel/Sudam nº 82/2019.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AHARON ALCOLUMBRE
Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia
Substituto

WILSON LUIZ ALVES FERREIRA
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos
e de Atração de Investimentos

ALINE DIAS ROSSY
Diretor de Administração

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 1.119, DE 5 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nos Municípios de Tailândia, Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.004305/2023-97, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nos Municípios de Tailândia, Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará, nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por noventa dias.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Pará, sob a coordenação da Polícia Federal, no escopo do Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA MJSP Nº 1.122, DE 5 DE JANEIRO DE 2026

Institui o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais no âmbito da polícia judiciária.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e os arts. 9º, 10, 13 e 14 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto nos arts. 226 a 228 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais, com a finalidade de subsidiar e padronizar os procedimentos investigativos, promovendo maior confiabilidade, segurança jurídica e respeito aos direitos fundamentais no uso do reconhecimento de pessoas como meio de prova.

§ 1º O Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais aplica-se às Polícias Cíveis, à Polícia Federal e à Força Nacional de Segurança Pública, quando na função ou no auxílio às ações de polícia judiciária.

§ 2º Para os fins desta Portaria, considera-se reconhecimento de pessoas o procedimento formal, realizado com as devidas cautelas, pelo qual a vítima ou testemunha de um crime é chamada a indicar possível autor da infração.

§ 3º É dispensada a realização do procedimento formal de reconhecimento previsto nesta Portaria quando a vítima ou testemunha apenas identificar pessoa que já conhecia previamente.

Art. 2º A observância do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais é obrigatória no âmbito da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, devendo seus agentes cumprirem integralmente os dispositivos e procedimentos nele previstos.

§ 1º No âmbito das Polícias Cíveis, a adoção do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais tem caráter facultativo e orientador, em respeito à autonomia administrativa dos entes federativos.

§ 2º A adesão voluntária e integral ao Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais será considerada critério técnico para a priorização do repasse de recursos federais do Fundo Nacional de Segurança Pública, destinados a ações de polícia judiciária relacionadas ao reconhecimento de pessoas, conforme regulamentação própria.

Art. 3º São objetivos do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais:

I - padronizar os procedimentos técnicos e operacionais de reconhecimento de pessoas, em conformidade com a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores;

II - reduzir o risco de condenações injustas, mediante técnicas baseadas em evidências científicas e observância do devido processo legal;

III - fortalecer a cadeia de custódia da prova, assegurando maior segurança da informação, transparência e controle do procedimento;

IV - prevenir práticas discriminatórias, combatendo a seletividade penal e os vieses estruturais na persecução penal; e

V - aprimorar a atividade investigativa e probatória, promovendo segurança jurídica e eficiência na resposta estatal aos crimes.



Art. 4º O Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais observará, em sua estrutura e aplicação, as seguintes diretrizes fundamentais:

I - legalidade e formalismo: o reconhecimento de pessoas deve seguir estritamente o disposto no Código de Processo Penal, na legislação correlata e nas normas técnicas deste Protocolo;

II - dignidade da pessoa humana, presunção de inocência, direito à prova e vedação da prova ilícita: o procedimento deve respeitar integralmente os direitos e as garantias fundamentais da vítima e do investigado;

III - imparcialidade: o reconhecimento será conduzido, sempre que possível, por agente distinto daquele que atua na investigação, vedada qualquer forma de indução, sugestão ou reforço;

IV - segurança técnica e científica: os procedimentos devem basear-se em evidências empíricas, na psicologia do testemunho e em boas práticas reconhecidas, a fim de minimizar o risco de erro e revitimização;

V - registro audiovisual obrigatório: o procedimento será integralmente documentado por meio de gravação audiovisual contínua, desde a entrevista prévia até a manifestação final da vítima ou testemunha;

VI - controle da cadeia de custódia: todo ato de reconhecimento será formalmente incorporado ao inquérito policial ou procedimento criminal, com observância da documentação, padronização e medidas de segurança da informação;

VII - prevenção de discriminação: a composição do alinhamento deverá refletir diversidade racial, fenotípica e socioeconômica, sendo vedadas práticas discriminatórias diretas ou indiretas;

VIII - padronização nacional com respeito à autonomia federativa: as regras técnicas visam qualificar a atividade probatória, sem prejuízo da regulamentação complementar pelos entes federativos;

IX - integração ao sistema de justiça: o procedimento deve assegurar valor probatório legítimo e validação judicial ao reconhecimento de pessoas, garantindo-se contraditório e ampla defesa; e

X - uso responsável de tecnologia: admite-se o emprego de ferramentas de inteligência artificial para geração de imagens, desde que assegurada a isonomia visual, a rastreabilidade e a integridade do conjunto apresentado.

Parágrafo único. É vedada a apresentação sugestiva no reconhecimento de pessoas, incluído o uso de álbuns criminais ou policiais formados apenas por investigados ou processados, inclusive com imagens obtidas em redes sociais ou meios equivalentes.

Art. 5º O Ministério da Justiça e Segurança Pública poderá editar normas complementares, guias operacionais, manuais e planos de capacitação para a disseminação e implementação progressiva do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais.

§ 1º Os destinatários do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais, inclusive a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança Pública e os órgãos dos entes federativos, poderão editar, no âmbito de suas competências, normas complementares, guias, manuais e planos de capacitação próprios, visando à adequada internalização e aplicação das diretrizes previstas neste Protocolo.

§ 2º A implementação do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais será monitorada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que publicará relatórios anuais sobre sua execução e os resultados obtidos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor noventa dias após sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXO I
PROTOCOLO NACIONAL DE RECONHECIMENTO DE PESSOAS EM PROCEDIMENTOS CRIMINAIS
NO ÂMBITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Todo ato de reconhecimento de pessoas, presencial ou fotográfico, será realizado com observância rigorosa da documentação, do registro audiovisual e da preservação da cadeia de custódia da prova dependente da memória humana.

§ 1º O reconhecimento será realizado com a presença de indivíduos conhecidos como fillers, cujas características físicas são semelhantes às atribuídas à pessoa a ser reconhecida, de modo a evitar qualquer destaque visual ou sugestão implícita.

§ 2º Sempre que possível, o reconhecimento será conduzido pelo procedimento denominado duplo-cego, no qual tanto o apresentador quanto a vítima ou testemunha desconhecem a identidade da pessoa a ser reconhecida no conjunto exibido, assegurando maior neutralidade e imparcialidade.

§ 3º A submissão de uma pessoa ao reconhecimento, presencial ou fotográfico, somente ocorrerá quando houver razão objetivamente fundamentada para considerá-la possível autora da infração ou quando o ato for imprescindível à investigação, sendo vedada sua realização de forma exploratória, genérica ou sem respaldo em elementos concretos previamente colhidos.

§ 4º As imagens utilizadas no reconhecimento fotográfico deverão ser obrigatoriamente juntadas aos autos.

Art. 2º O reconhecimento presencial ou fotográfico será obrigatoriamente documentado por meio de:

I - gravação audiovisual integral e, preferencialmente, ininterrupta da entrevista prévia e de todo o procedimento, até a manifestação final da vítima ou testemunha sobre o reconhecimento e o grau de certeza; e

II - termo circunstanciado de reconhecimento, lavrado em tempo real ou imediatamente após o ato, contendo, no mínimo:

a) identificação completa dos envolvidos no ato (reconhecedor, pessoa reconhecida, autoridade condutora, defensor, oficial investigador ou escrivão);

b) descrição detalhada do procedimento, indicando local, data, hora, forma de exibição, número de pessoas ou imagens apresentadas, ordem de exibição e eventuais intervenções;

c) transcrição literal das declarações do reconhecedor sobre o grau de certeza;

d) identificação formal da pessoa reconhecida ou negativa do reconhecimento; e

e) ciência das partes quanto ao resultado do ato.

Art. 3º O material audiovisual produzido será, conforme a organização administrativa local:

I - indexado, datado e armazenado em sistema eletrônico com controle de integridade e rastreabilidade; e

II - incorporado ao procedimento policial, com referência expressa nos autos.

Parágrafo único. Respeitada a possibilidade de controle judicial, o registro audiovisual poderá ser requerido pela defesa ou por qualquer parte interessada, cabendo à autoridade policial ou judicial decidir sobre sua disponibilização, de forma motivada em caso de indeferimento, especialmente quando houver risco ao andamento das investigações, à segurança de vítimas, testemunhas ou agentes públicos, ou quando contrariar o interesse público.

Art. 4º A preservação da cadeia de custódia do reconhecimento pessoal deverá observar as peculiaridades das provas dependentes da memória humana, mediante medidas adequadas de segurança da informação, de modo a assegurar a integridade, a autenticidade e a confiabilidade do ato.

Parágrafo único. Os termos, as gravações e demais registros permanecerão sob guarda da autoridade policial ou pericial competente, conforme a política interna de gestão de dados, e serão disponibilizados ao Poder Judiciário juntamente com os autos da investigação, de acordo com a organização administrativa local.

CAPÍTULO II
DO RECONHECIMENTO PRESENCIAL DE PESSOAS

Art. 5º O reconhecimento presencial é o procedimento em que a vítima ou testemunha de infração penal, em ambiente controlado, é chamada a indicar, dentre um grupo de pessoas fisicamente presentes, aquela que supostamente participou do delito ou seja de interesse da investigação.

Art. 6º O reconhecimento presencial será obrigatoriamente precedido de entrevista individual e reservada, destinada a coletar:

I - a descrição livre e espontânea da pessoa a ser reconhecida, obtida por meio de perguntas abertas, incluindo:

a) características físicas gerais, como sexo, raça, cor, idade aparente, altura e peso estimados, complexão corporal, formato do rosto, cor dos olhos, tom de pele, formato do nariz e da boca, presença de barba, comprimento e corte dos cabelos, entre outros elementos distintivos;

b) traços específicos, como cicatrizes, tatuagens, marcas de nascença, uso de óculos, acessórios, alterações de voz ou estilo de vestimenta;

c) elementos comportamentais ou linguísticos, como sotaque, gírias, modo de andar, gestos recorrentes ou expressões faciais marcantes;

d) quaisquer outras informações espontaneamente fornecidas que possam auxiliar na identificação do autor do fato.

II - as condições de visibilidade e percepção no momento do crime, incluindo, no mínimo:

a) o tempo aproximado em que a vítima ou testemunha visualizou o rosto das pessoas envolvidas;

b) a distância entre a vítima ou testemunha e os autores dos fatos;

c) o ângulo de visão e a iluminação do local;

d) a hora estimada dos fatos; e

e) qualquer outro fator relevante à percepção visual;

III - a declaração sobre eventual conhecimento prévio da pessoa a ser reconhecida, abrangendo vínculos anteriores, encontros ocasionais ou repetidos e eventual contato anterior com imagens, informações ou relatos relacionados à pessoa ou aos fatos, inclusive por meio de fotos, vídeos, conversas com agentes públicos, vítimas ou outras testemunhas;

IV - a autodeclaração de raça e cor da vítima, da testemunha e da pessoa a ser reconhecida, bem como a percepção (heteroidentificação) declarada pela vítima ou testemunha quanto à raça e cor da pessoa a ser reconhecida.

§ 1º Os registros de autodeclaração e de heteroidentificação de que trata este artigo seguirão o sistema classificatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com as seguintes opções: "amarelo", "branco", "indígena", "pardo" e "preto".

§ 2º A entrevista será registrada nos termos do art. 2º.

§ 3º Havendo divergência substancial entre a descrição fornecida e a aparência da pessoa a ser reconhecida, o procedimento não será realizado.

§ 4º Para os fins do § 3º, considera-se divergência substancial, a critério fundamentado da autoridade responsável, a discrepância relevante em múltiplos traços identificadores.

§ 5º A autoridade policial colherá a descrição da pessoa a ser reconhecida antes de sua apresentação, vedada qualquer forma de indução ou exposição prévia da imagem da pessoa a ser reconhecida, nos termos do art. 226 do Código de Processo Penal.

§ 6º A autoridade policial poderá requisitar a confecção do retrato falado para subsidiar a composição fotográfica ou outros atos da investigação.

§ 7º Na entrevista de que trata o inciso II do caput fica vedada a formulação de questões que possam induzir ou sugerir respostas.

Art. 7º Antes da apresentação do alinhamento, a autoridade policial prestará as seguintes instruções formais à vítima ou testemunha:

I - a pessoa que cometeu o delito pode ou não estar presente;

II - não há obrigação de reconhecer qualquer pessoa;

III - a investigação prosseguirá independentemente do resultado do ato; e

IV - será solicitado que declare, em suas próprias palavras, o grau de certeza do reconhecimento.

Art. 8º O alinhamento presencial observará as seguintes regras:

I - será composto por, no mínimo, cinco pessoas, sendo uma a pessoa a ser reconhecida e, no mínimo, quatro indivíduos com características físicas semelhantes às previamente descritas pela vítima ou testemunha (fillers), assegurando-se, sempre que possível, uniformidade quanto a traços faciais, fenótipo, estatura, idade aproximada, vestuário e complexão corporal;

II - poderá ser simultâneo, com a apresentação conjunta da pessoa a ser reconhecida e dos fillers, ou sequencial, com a exibição individual e sucessiva de cada um, em iguais condições de espaço e tempo;

III - é vedada a apresentação isolada da pessoa a ser reconhecida, prática conhecida como show-up;

IV - o posicionamento das pessoas no alinhamento deverá variar a cada ato, sendo vedada a apresentação sistemática da pessoa a ser reconhecida na mesma posição em procedimentos sucessivos; e

V - é vedada a reapresentação da mesma pessoa em diferentes atos de reconhecimento perante a mesma vítima ou testemunha, salvo em caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e registrados nos autos.

Art. 9º São vedadas, no reconhecimento presencial:

I - sugestões diretas ou indiretas, verbais ou não verbais, pela autoridade condutora, por terceiros ou pelo ambiente em que se realiza o ato;

II - a utilização de pessoas com aparência evidentemente distinta no alinhamento, especialmente quanto a traços faciais, vestuário, fenótipo, idade, altura ou complexão corporal;

III - a apresentação sistemática da pessoa a ser reconhecida na mesma posição em diferentes alinhamentos, de modo a induzir a resposta da vítima ou testemunha;

IV - a reapresentação da mesma pessoa em outro ato de reconhecimento perante a mesma vítima ou testemunha, sem justificativa formal registrada nos autos; e

V - o uso de álbuns criminais ou policiais, bem como de conjuntos compostos exclusivamente por pessoas investigadas ou processadas, ainda que formados com imagens extraídas de arquivos policiais, redes sociais ou meios equivalentes.

Art. 10. O registro do procedimento de reconhecimento observará o disposto no art. 2º.

Art. 11. Nos casos de múltiplas vítimas ou testemunhas, os reconhecimentos serão realizados de forma individual, em momentos distintos, vedado o contato ou o compartilhamento de impressões entre elas antes ou após o ato, com anotação expressa dessa cautela nos autos.

Art. 12. A validade do reconhecimento presencial dependerá da observância das cautelas previstas neste Capítulo.

CAPÍTULO III
DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOAS

Art. 13. O reconhecimento fotográfico será admitido apenas de forma subsidiária, excepcional e cautelosa, quando inviável o reconhecimento presencial, mediante justificativa formal da autoridade competente e observância integral das regras deste Capítulo.

§ 1º A impossibilidade do reconhecimento presencial deverá ser expressamente motivada por razões logísticas, de segurança, de sigilo da investigação, de indisponibilidade da pessoa a ser reconhecida ou por outra circunstância objetiva que impeça a formação do alinhamento físico.

§ 2º Nos casos em que a investigação tramite sob sigilo e o investigado a desconheça, poderá ser realizado o reconhecimento fotográfico.

§ 3º Sempre que possível, a montagem dos alinhamentos fotográficos e a validação técnica das imagens contarão com a participação ou supervisão de papiloscopistas ou peritos oficiais, preferencialmente especializados em recursos audiovisuais ou imagem digital, a fim de assegurar fidelidade, neutralidade visual e integridade da prova.

§ 4º As imagens utilizadas serão juntadas ao procedimento investigatório, garantindo-se à pessoa reconhecida o acesso integral ao material e o direito de requerer perícia ou auditoria em caso de dúvida fundada sobre a validade técnica do conjunto.

Art. 14. O reconhecimento fotográfico observará, além do disposto no art. 6º, as seguintes diretrizes técnicas:

I - apresentação de, no mínimo, cinco fotografias, sendo uma da pessoa a ser reconhecida e, ao menos, quatro de indivíduos com características físicas semelhantes às descritas pela vítima ou testemunha (fillers), devendo todas as imagens possuir condições técnicas e visuais compatíveis, de modo a preservar a neutralidade do procedimento e evitar indução ou destaque indevido;

II - utilização de imagens em condições técnicas equivalentes de iluminação, fundo, resolução, plano de corte, orientação, escala facial e expressão; e

III - vedação ao uso de imagens com elementos identificadores, como uniformes, logomarcas, inscrições, números ou textos visíveis.

Art. 15. São vedadas as seguintes práticas no reconhecimento fotográfico:

I - exibição isolada da imagem da pessoa a ser reconhecida à vítima ou testemunha, prática conhecida como show-up fotográfico;

II - utilização de álbuns policiais ou conjuntos compostos por imagens de pessoas previamente investigadas ou constantes de bancos criminais, especialmente quando não houver controle de validade, origem, isonomia ou autorização judicial;

III - reutilização da imagem da mesma pessoa em diferentes atos de reconhecimento perante a mesma vítima ou testemunha, sem justificativa formal registrada;



IV - extração indiscriminada de imagens de redes sociais ou de fontes abertas, sem verificação da origem, da qualidade técnica ou da adequação ao padrão visual; e
V - montagem de alinhamento que destaque, ainda que involuntariamente, a imagem da pessoa a ser reconhecida, por contraste de cor, iluminação, enquadramento, nitidez ou estilo divergente das demais.

Art. 16. A vítima ou testemunha será prévia e formalmente advertida, antes da exibição das fotografias, quanto ao seguinte:

- I - a pessoa que cometeu o delito pode ou não estar entre as imagens;
- II - não há obrigação de realizar qualquer reconhecimento;
- III - a investigação prosseguirá independentemente do resultado do ato; e
- IV - será registrada sua manifestação espontânea sobre o grau de certeza, em suas próprias palavras.

Art. 17. O procedimento de reconhecimento será obrigatoriamente documentado por:

- I - gravação audiovisual, preferencialmente contínua, abrangendo as instruções, a exibição das imagens e a manifestação da vítima ou testemunha; e
- II - termo de reconhecimento fotográfico, contendo, no mínimo:
 - a) as imagens utilizadas e sua procedência;
 - b) a modalidade de exibição, simultânea ou sequencial;
 - c) a manifestação literal da vítima ou testemunha quanto ao reconhecimento e ao grau de certeza; e
 - d) a justificativa expressa da opção pela modalidade fotográfica.

Seção I

Do Uso de Tecnologia de Inteligência Artificial na Composição de Imagens para Reconhecimento Fotográfico

Art. 18. É admitido o uso de ferramentas de inteligência artificial para a geração de imagens destinadas à composição de alinhamentos no reconhecimento fotográfico de pessoas, observadas as diretrizes deste Protocolo.

Art. 19. A utilização de imagens geradas por inteligência artificial tem por finalidade:

- I - garantir a uniformidade estética e técnica das imagens apresentadas;
- II - evitar a exposição indevida de terceiros alheios à investigação;
- III - ampliar a variedade de perfis no alinhamento sem recorrer a bancos de dados sensíveis;

IV - profissionalizar e padronizar o procedimento, assegurando maior neutralidade visual e menor risco de indução; e
V - reduzir a influência de vieses cognitivos da vítima ou testemunha, promovendo maior imparcialidade no processo de reconhecimento.

Art. 20. As imagens geradas por inteligência artificial deverão:

- I - apresentar características físicas compatíveis com a descrição previamente fornecida pela vítima ou testemunha;
- II - seguir parâmetros homogêneos de qualidade, como resolução, enquadramento, iluminação, fundo neutro e posição frontal; e
- III - incluir variações de fenótipo, mantendo coerência com a descrição prévia, de modo a assegurar diversidade, evitar sugestões involuntárias e reduzir o risco de reconhecimentos imprecisos.

Art. 21. A fotografia da pessoa a ser reconhecida, quando inserida em conjunto com imagens geradas por inteligência artificial, poderá ser previamente ajustada para:

- I - corrigir iluminação, nitidez, contraste, enquadramento e fundo, de modo a equiparar sua qualidade às imagens artificiais;
- II - padronizar a escala facial, a posição do olhar e o plano de corte (altura dos ombros ou busto); e
- III - eliminar elementos distintivos que destaquem ou individualizem a imagem, como vestuário incomum, fundo institucional ou objetos visíveis

Art. 22. A autoridade responsável pelo ato deverá:

- I - registrar formalmente o uso da inteligência artificial, indicando as ferramentas empregadas, os parâmetros utilizados e a justificativa do procedimento;
- II - manter arquivada a base de imagens utilizada, inclusive os arquivos gerados, para fins de rastreabilidade, controle e defesa; e
- III - juntar ao procedimento investigatório as imagens utilizadas, garantindo à pessoa reconhecida acesso integral ao material e a possibilidade de requerer perícia ou auditoria sobre a validade técnica do conjunto.

Art. 23. O uso da inteligência artificial no reconhecimento fotográfico não substitui as demais exigências legais e procedimentais deste Protocolo, especialmente as relativas:

- I - à entrevista prévia;
- II - à advertência formal à vítima ou testemunha; e
- III - ao registro audiovisual do ato.

CAPÍTULO IV

DO RECONHECIMENTO ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 24. Este Protocolo aplica-se aos procedimentos de reconhecimento de pessoas que envolvam crianças ou adolescentes na condição de vítima ou testemunha, observadas, além das regras gerais, as seguintes cautelas específicas:

- I - o ato será realizado nos termos da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;
- II - deverá ser garantido ambiente acolhedor e respeitoso, com uso de linguagem clara, compreensível e compatível com a idade e o nível de desenvolvimento da criança ou adolescente;

III - é vedada qualquer forma de indução, sugestão ou pressão, ainda que praticada pela autoridade, por terceiros ou pelo ambiente;

IV - é obrigatória a presença de responsável legal durante o ato, salvo quando este for potencial autor do delito, investigado ou estiver em local incerto, hipótese na qual será assegurado o acompanhamento por membro do Ministério Público ou por representante do Conselho Tutelar;

V - o ato será documentado por gravação audiovisual integral; e

VI - deverão ser evitadas a revitimização, a exposição inadequada da criança ou adolescente a ambientes policiais, a repetição desnecessária do procedimento e a exibição não supervisionada de imagens.

Art. 25. O reconhecimento presencial de adolescentes como supostos autores de atos infracionais será realizado na presença do responsável legal e observará os termos do Anexo I, Capítulo II, deste Protocolo.

Parágrafo único. No reconhecimento fotográfico de adolescentes apontados como supostos autores de atos infracionais, somente serão admitidas imagens geradas por inteligência artificial, sendo vedada a utilização de fotografias reais de crianças ou adolescentes.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE E DA ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Art. 26. Os procedimentos de reconhecimento de pessoas, presenciais ou fotográficos, deverão assegurar, sempre que necessário, adaptações razoáveis, recursos de acessibilidade e medidas de apoio individualizado às pessoas com deficiência, na condição de vítimas, testemunhas ou investigados, de modo a garantir-lhes igualdade de condições na participação e no exercício de seus direitos.

§ 1º As diretrizes gerais deste Protocolo poderão ser estendidas e adaptadas, no que couber, a procedimentos de reconhecimento baseados em outros sentidos que não a visão, tais como:

- I - reconhecimento por voz, para pessoas com deficiência visual;
- II - reconhecimento por tato, em situações específicas e com cautelas rigorosas;
- III - reconhecimento por outras características sensoriais perceptíveis, sempre que técnica e juridicamente admissíveis.

§ 2º Quando o reconhecedor for pessoa com deficiência, deverão ser adotadas medidas apropriadas para garantir sua compreensão e manifestação livre e informada, tais como:

- I - uso de linguagem acessível, intérprete de Libras, tecnologia assistiva ou qualquer outro meio necessário;
- II - realização do ato em local acessível e acolhedor, compatível com a deficiência apresentada;
- III - acompanhamento por pessoa de apoio, quando necessário e consentido pela parte envolvida ou por responsável legal, salvo quando este for potencial autor do delito ou investigado, hipótese em que será assegurado o acompanhamento por membro do Ministério Público ou por representante do Conselho Tutelar, conforme o caso.

§ 3º A autoridade responsável consignará no termo de reconhecimento as adaptações realizadas, bem como, quando aplicável, a participação de profissional especializado ou de apoio técnico.

§ 4º Sempre que possível, serão empregadas tecnologias assistivas ou recursos de acessibilidade que facilitem a participação efetiva da pessoa com deficiência no ato de reconhecimento, tais como softwares de leitura de tela, ampliadores de imagem, sintetizadores de voz, sistemas de audiodescrição, reconhecimento de fala ou outros meios compatíveis com as necessidades específicas do reconhecedor ou do reconhecido.

Seção I

Do Reconhecimento por Voz

Art. 27. Este Protocolo poderá ser aplicado, no que couber, aos procedimentos de reconhecimento por voz, observadas as diretrizes de neutralidade, imparcialidade, preservação da cadeia de custódia da prova dependente da memória humana e garantia dos direitos fundamentais da pessoa reconhecida e da pessoa reconhecedora.

§ 1º O reconhecimento por voz será precedido de entrevista individual com a vítima ou testemunha, destinada a colher informações sobre o conteúdo, o contexto e as circunstâncias em que ocorreu a escuta da voz atribuída à pessoa a ser reconhecida, incluindo:

- I - idioma, sotaque, entonação, velocidade e timbre da fala;
- II - conteúdo da fala e circunstâncias ambientais da escuta, como distância, ruído, número de pessoas presentes ou uso de dispositivos eletrônicos;
- III - tempo de exposição e número de interações com a pessoa cuja voz se pretende reconhecer.

§ 2º A apresentação para fins de reconhecimento por voz será feita preferencialmente por meio de gravações de áudio ou de vídeos com áudio, em condições técnicas homogêneas quanto a qualidade, duração, entonação e conteúdo verbal, com, no mínimo, cinco falas distintas, sendo uma da pessoa a ser reconhecida e as demais de indivíduos (fillers) com características vocais semelhantes.

§ 3º O reconhecimento será integralmente documentado por gravação audiovisual e termo próprio, incluindo a manifestação espontânea da vítima ou testemunha quanto ao grau de certeza do reconhecimento.

§ 4º A autoridade policial poderá requisitar, quando necessário, o apoio de profissionais com conhecimento técnico em fonética, fonologia ou perícia em voz, a fim de garantir, sempre que possível, a adequação técnica e científica do procedimento.

CAPÍTULO VI

DA CAPACITAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA

Art. 28. Compete à autoridade policial zelar para que:

- I - o reconhecimento pessoal não seja utilizado como único elemento de prova determinante para o indiciamento ou para a atribuição de autoria;
- II - existam, previamente ao reconhecimento, indícios concretos e externos de envolvimento da pessoa a ser reconhecida nos fatos sob apuração; e
- III - seja realizada, sempre que possível, após o reconhecimento, a identificação da pessoa investigada com base em elementos biométricos disponíveis.

Art. 29. A implementação do Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais no âmbito da polícia judiciária observará diretrizes de formação continuada, monitoramento institucional e governança federativa, na forma deste Capítulo.

Art. 30. Compete à Secretaria Nacional de Segurança Pública:

- I - promover ações periódicas de capacitação dos profissionais, com foco nas regras técnicas, jurídicas e científicas que regem o reconhecimento de pessoas;
- II - desenvolver, em articulação com os entes federativos, materiais didáticos e conteúdos instrucionais padronizados;
- III - apoiar a criação de módulos formativos sobre reconhecimento de pessoas nos cursos de formação e de aperfeiçoamento promovidos por academias de polícia e centros de formação especializados; e
- IV - editar normativo dispondo sobre a padronização de formulários e manual técnico para orientação e correta aplicação das diretrizes previstas neste Protocolo.

Art. 31. As polícias judiciárias que aderirem ao Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais assegurarão sua internalização por meio de:

- I - adaptação dos procedimentos operacionais internos;
- II - edição de normas complementares compatíveis;
- III - promoção de treinamentos voltados aos operadores da segurança pública; e
- IV - envio anual ao Ministério da Justiça e Segurança Pública de relatório sobre a implementação local do Protocolo.

Art. 32. A fiscalização do cumprimento deste Protocolo será exercida pelas corregedorias dos órgãos e pelos órgãos de controle interno, conforme a organização local.

Parágrafo único. A corregedoria e as autoridades de controle serão comunicadas para apuração de eventual infração administrativa ou penal decorrente do descumprimento das regras previstas neste Protocolo.

Art. 33. O uso de soluções de tecnologia da informação e de ferramentas de reconhecimento automatizado, nos procedimentos de reconhecimento de pessoas, deverá observar integralmente as diretrizes estabelecidas pela Portaria MJSP nº 961, de 24 de junho de 2025, que dispõe sobre o uso de tecnologias aplicadas às atividades de investigação criminal e de inteligência de segurança pública.

Parágrafo único. Compete às instituições que utilizarem as tecnologias referidas no caput assegurar que as plataformas e sistemas empregados possuam mecanismos de segurança, rastreabilidade, auditabilidade, integridade e confidencialidade das informações, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais vigente e com as normas expedidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO II
FORMULÁRIO DE RECONHECIMENTO PRESENCIAL DE PESSOA

FORMULÁRIO DE RECONHECIMENTO PRESENCIAL DE PESSOA
ANEXO II DA PORTARIA MJSP Nº 1080/ 2025 - Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas
I – REGISTRO DO PROCEDIMENTO (AUTORIDADE POLICIAL):
Data: Hora: Local: Nº do Inquérito/Procedimento: Delegacia/Órgão:
Autoridade responsável pelo ato: <input type="checkbox"/> Delegado de Polícia <input type="checkbox"/> Oficial Investigador ou Escrivão de Polícia <input type="checkbox"/> Perito Criminal ou Papiloscopista <input type="checkbox"/> Outro:
Entrevista prévia realizada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (justificar):
Itens da entrevista registrados: <input type="checkbox"/> Descrição livre da pessoa que cometeu o delito <input type="checkbox"/> Condições de visibilidade no momento do fato <input type="checkbox"/> Declaração sobre contato prévio com imagens <input type="checkbox"/> Autodeclaração racial da testemunha
Modo de alinhamento adotado: <input type="checkbox"/> Simultâneo (lado a lado) <input type="checkbox"/> Sequencial (um por vez)
Nº total de pessoas no alinhamento: Pessoa a ser reconhecida incluída no alinhamento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
As pessoas do alinhamento apresentavam: <input type="checkbox"/> Traços semelhantes <input type="checkbox"/> Vestuário semelhante <input type="checkbox"/> Idade aproximada <input type="checkbox"/> Etnia compatível <input type="checkbox"/> Estatura equivalente
Show-up (apresentação isolada) foi realizado? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim (justificar motivo excepcional):
Álbuns policiais e/ou criminais foram apresentados? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim (justificar motivo excepcional):
Procedimento gravado por vídeo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (justificar):



II – DECLARAÇÕES DA TESTEMUNHA OU VÍTIMA:	
Nome completo: Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro Data de nascimento: Documento de identificação:	
Foi instruída de que: <input type="checkbox"/> A pessoa que cometeu o delito pode ou não estar no alinhamento <input type="checkbox"/> Não há obrigação de reconhecer ninguém <input type="checkbox"/> O reconhecimento é opcional <input type="checkbox"/> O grau de certeza será solicitado e registrado	
Resultado do reconhecimento: <input type="checkbox"/> Reconheceu com absoluta certeza a pessoa apresentada como sendo a mesma observada no momento do crime <input type="checkbox"/> Reconheceu com dúvida se a pessoa apresentada é a mesma observada no momento do crime <input type="checkbox"/> Não reconheceu nenhuma das pessoas apresentadas <input type="checkbox"/> Reconheceu parcialmente algumas características, mas não foi possível afirmar se é a mesma pessoa observada no momento do crime	
Posição da pessoa reconhecida no alinhamento: <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5	
Acompanhamento de defensor ou advogado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Nome e OAB (se aplicável):	
ASSINATURAS: Testemunha/Vítima: Autoridade Policial: Servidor Responsável/Oficial Investigador ou Escrivão de Polícia:	

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOA

FORMULÁRIO DE RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DE PESSOA	
ANEXO III DA PORTARIA MJP Nº 1080/ 2025 - Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas	
I – REGISTRO DO PROCEDIMENTO (AUTORIDADE POLICIAL):	
Data: Hora: Local: Nº do Inquérito/Procedimento: Delegacia/Órgão:	
Autoridade responsável pelo ato: <input type="checkbox"/> Delegado de Polícia <input type="checkbox"/> Oficial Investigador ou Escrivão de Polícia <input type="checkbox"/> Perito Criminal ou Papiloscopista <input type="checkbox"/> Outro:	
Entrevista prévia realizada? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (justificar):	
Itens da entrevista registrados: <input type="checkbox"/> Descrição livre da pessoas que cometeu o delito <input type="checkbox"/> Condições de visibilidade no momento do fato <input type="checkbox"/> Declaração sobre contato prévio com imagens <input type="checkbox"/> Autodeclaração racial da testemunha	
Modo de alinhamento adotado: <input type="checkbox"/> Simultâneo (conjunto exibido) <input type="checkbox"/> Sequencial (uma por vez)	
Nº total de imagens exibidas:	
Pessoa a ser reconhecida incluída entre as imagens? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
As pessoas do alinhamento apresentavam: <input type="checkbox"/> Traços semelhantes <input type="checkbox"/> Vestuário semelhante <input type="checkbox"/> Idade aproximada <input type="checkbox"/> Etnia compatível <input type="checkbox"/> Estatura equivalente	
Show-up (apresentação isolada) foi realizado? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim (justificar motivo excepcional):	
Álbuns policiais e/ou criminais foram apresentados? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim (justificar motivo excepcional):	
Procedimento gravado por vídeo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (justificar):	

I.I – USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (SE APLICÁVEL):	
Imagens utilizadas foram geradas por IA? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, indique: Ferramenta/Plataforma utilizada: Parâmetros utilizados na geração das imagens: <input type="checkbox"/> Cor de pele <input type="checkbox"/> Traços faciais <input type="checkbox"/> Idade <input type="checkbox"/> Estatura <input type="checkbox"/> Vestuário <input type="checkbox"/> Outros: A fotografia da pessoa a ser reconhecida foi tratada para padronização? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
II – DECLARAÇÕES DA TESTEMUNHA OU VÍTIMA:	
Nome completo: Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro Data de nascimento: Documento de identificação:	
Foi instruída de que: <input type="checkbox"/> A pessoa que cometeu o delito pode ou não estar no alinhamento <input type="checkbox"/> Não há obrigação de reconhecer ninguém <input type="checkbox"/> O reconhecimento é opcional <input type="checkbox"/> O grau de certeza será solicitado e registrado	
Resultado do reconhecimento: <input type="checkbox"/> Reconheceu com absoluta certeza a pessoa apresentada como sendo a mesma observada no momento do crime <input type="checkbox"/> Reconheceu com dúvida se a pessoa apresentada é a mesma observada no momento do crime <input type="checkbox"/> Não reconheceu nenhuma das pessoas apresentadas <input type="checkbox"/> Reconheceu parcialmente algumas características, mas não foi possível afirmar se é a mesma pessoa observada no momento do crime	
Identificação da imagem reconhecida: Imagem nº: _____ ou outra identificação: _____ (Anexar as imagens usadas)	
Acompanhamento de defensor ou advogado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Nome e OAB (se aplicável):	
ASSINATURAS: Testemunha/Vítima: Autoridade Policial: Servidor Responsável/Oficial Investigador ou Escrivão de Polícia:	

ANEXO IV
MANUAL TÉCNICO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE IMAGENS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO

1. Finalidade:
1.1. Orientar a autoridade policial, pericial ou operador autorizado sobre o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na geração de imagens destinadas à composição de alinhamentos fotográficos para procedimentos de reconhecimento, com segurança técnica, jurídica e probatória.
2. Requisitos para utilização da IA:
2.1. A utilização de imagens geradas por IA deverá ser formalmente justificada como resultado de carência de meios e/ou medida de padronização, segurança e proteção da imagem de terceiros, entre outros;
2.2. A ferramenta utilizada deve permitir a customização paramétrica dos elementos faciais e fenotípicos; e
2.3. As imagens geradas devem simular fielmente fotografias reais de pessoas fictícias semelhantes, com uniformidade de qualidade.
3. Parâmetros obrigatórios de geração:
3.1. As imagens produzidas por IA deverão atender aos seguintes padrões técnicos:

Elemento	Requisito
Plano de enquadramento	Rosto e busto (altura dos ombros), posição frontal
Fundo	Neutro, claro, sem texturas ou elementos de destaque
Iluminação	Difusa, sem sombras marcadas ou reflexos irregulares
Expressão facial	Neutra, se possível os com olhos abertos voltados à câmera
Vestuário	Preferência pela vestimenta possivelmente usada durante a conduta investigada e, sem sua impossibilidade, por camiseta ou camisa lisa, sem caracteres identificadores
Escala facial	Harmonizada entre todas as imagens apresentadas
Diversidade fenotípica	Variar dentro dos parâmetros descritos pelo(a) reconhecedor(a)



4. Procedimento para a geração das imagens por meio de IA:

4.1. Fotografe a pessoa a ser reconhecida seguindo os parâmetros técnicos descritos no item 3;

4.2. Faça o tratamento prévio dessa imagem (recorte proporcional, remoção de fundo, ajuste de iluminação, nitidez, contraste e escala facial);

4.3. Insira a fotografia tratada na ferramenta de IA e solicite a geração de quatro imagens adicionais que apresentem indivíduos fictícios com características fenotípicas semelhantes, seguindo a descrição fornecida pela vítima ou testemunha;

4.4. Configure a IA para manter uniformidade de enquadramento, iluminação, fundo e resolução entre todas as imagens;

4.5. Analise o conjunto gerado, eliminando imagens com distorções, artefatos ou inconsistências visuais evidentes e, se necessário, repita a geração das imagens;

4.6. Salve todas as imagens usadas em formato sem compressão (por exemplo, PNG ou TIFF), garantindo a rastreabilidade;

4.7. Registre no laudo ou relatório técnico os parâmetros utilizados, a ferramenta empregada, a data e o responsável pela geração das imagens; e

4.8. Encaminhe o conjunto final para a autoridade policial ou pericial responsável pelo procedimento de reconhecimento.

5. Tratamento da fotografia da pessoa a ser reconhecida:

5.1. Se necessário, a fotografia real da pessoa a ser reconhecida em meio a imagens artificiais poderá ser tratada tecnicamente para compatibilização nos seguintes termos:

5.1.1. Recorte proporcional (busto e rosto com mesmo ângulo);

5.1.2. Correção de cor e contraste para uniformidade com as geradas;

5.1.3. Remoção de fundo e inserção de fundo neutro padrão; e

5.1.4. Ajuste de resolução para equiparação à qualidade das demais imagens.

6. Cuidados adicionais:

6.1. Evitar repetições de padrões faciais idênticos gerados por IA;

6.2. Garantir diversidade de tons de pele, traços e detalhes visuais que não sugiram destaque à imagem da pessoa a ser reconhecida;

6.3. Registrar os parâmetros utilizados e o modelo/ferramenta de IA adotada; e

6.4. Arquivar todos os arquivos gerados e usados durante o procedimento.

7. Vedações:

7.1. É vedada a inserção de elementos gráficos, símbolos ou objetos nas imagens;

7.2. Não se admite o uso de imagens extraídas de redes sociais, bancos de suspeitos ou registros pessoais sem consentimento ou controle legal da fonte; e

7.3. O conjunto de imagens não pode conter diferenças visuais que realcem ou singularizem o retrato da pessoa a ser reconhecida.

8. Boas práticas:

8.1. Realizar testes prévios com os alinhamentos para verificar homogeneidade;

8.2. Preferir ferramentas que gerem múltiplas variações automáticas a partir de parâmetros fenotípicos;

8.3. Produzir laudos técnicos, emitidos por perito criminal de tecnologia da informação ou setor de tecnologia da segurança pública validando a conformidade dos procedimentos; e

8.4. Instituir unidade central para geração de imagens.

ANEXO V

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS DE RECONHECIMENTO DE PESSOAS

1. O reconhecimento de pessoas constitui uma das etapas mais sensíveis e decisivas da investigação criminal. Por depender da memória humana - elemento notoriamente falível e suscetível a influências externas - esse procedimento exige rigor técnico, cautela jurídica e fundamento científico para produzir prova minimamente confiável. Nesse contexto, a aplicação das diretrizes constantes deste Protocolo e da Resolução CNJ nº 484, de 19 de dezembro de 2022, busca não apenas proteger direitos fundamentais, mas também conferir maior legitimidade, qualidade e segurança jurídica à atividade de polícia judiciária.

2. A utilização do Checklist de Avaliação de Práticas de Reconhecimento de Pessoas, proposto neste documento, tem por finalidade orientar quanto aos parâmetros técnicos e legais mínimos para a realização de atos de reconhecimento.

3. Uma resposta afirmativa a todas as questões do checklist indica que o procedimento obedeceu às melhores práticas internacionais e nacionais, podendo ser classificado como "reconhecimento padrão-ouro" - prova de elevada confiabilidade, produzida com o máximo de cautelas possíveis. Em contrapartida, respostas negativas a todos os itens do checklist caracterizam um "reconhecimento-catástrofe", desprovido de validade probatória e eticamente reprovável, que expõe o processo penal ao risco real de erro judiciário.

4. É necessário reconhecer que, no estágio atual do sistema de justiça criminal brasileiro, procedimentos de reconhecimento plenamente aderentes aos padrões científicos ainda são exceção. Contudo, o propósito central deste Protocolo é justamente contribuir para a formação de uma cultura institucional pautada na ciência, no respeito à dignidade da pessoa humana e no compromisso com a elucidação responsável dos crimes.

5. Embora nem mesmo o cumprimento integral das cautelas assegure uma identificação absolutamente precisa - por limitações inerentes à cognição humana -, a ciência demonstra que seguir as boas práticas reduz significativamente os riscos de erro e aumenta as chances de acerto com base na memória genuína da vítima ou testemunha. Ignorá-las, por outro lado, compromete a integridade da prova e eleva perigosamente a incidência de falsos positivos, tornando a responsabilização penal injusta uma possibilidade concreta.

6. Este Checklist de Avaliação de Práticas de Reconhecimento de Pessoas, portanto, busca alinhar as práticas de reconhecimento de pessoas no Brasil aos padrões internacionais de evidência científica, direitos humanos e eficiência institucional, promovendo um modelo mais confiável de investigação e persecução penal:

CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS DE RECONHECIMENTO DE PESSOAS		
ANEXO IV DA PORTARIA MJSP Nº 1080/ 2025 - Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas		
I – ETAPA PRÉVIA À REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO:		
Item	Sim	Não
Foi realizada entrevista prévia à testemunha ou vítima?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A descrição física da pessoa que cometeu o delito foi colhida de forma livre e espontânea?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foram registrados os seguintes elementos sobre o fato: dinâmica dos acontecimentos, distância entre o observador(a) e o agente, tempo de visualização e condições de iluminação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi colhida autodeclaração sobre a raça/cor da vítima/testemunha e da pessoa que cometeu o delito?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foram colhidas informações para verificar se a vítima/testemunha ouviu informações sobre o crime de outras testemunhas, da imprensa, redes sociais, servidores públicos ou outros policiais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A partir das informações colhidas, a vítima/testemunha ouviu informações sobre o crime de outras testemunhas, da imprensa, redes sociais, servidores públicos ou outros policiais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi colhida informação sobre eventual participação anterior da testemunha em outros procedimentos de reconhecimento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A entrevista foi conduzida por meio de perguntas abertas e relato livre?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A entrevista foi registrada por gravação de áudio e/ou vídeo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II – INSTRUÇÃO DA VÍTIMA/TESTEMUNHA ANTES DO RECONHECIMENTO:		
Item	Sim	Não
Foi informado que a pessoa a ser reconhecida pode ou não estar entre os apresentados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi esclarecido que é permitido não reconhecer ninguém?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi informado que a investigação continuará independentemente do resultado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Solicitou-se manifestação espontânea sobre o grau de certeza da resposta?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III – APRESENTAÇÃO DA PESSOA PARA RECONHECIMENTO:		
Item	Sim	Não
A pessoa a ser reconhecida foi apresentada uma única vez para cada reconhecedor(a)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A apresentação foi feita com no mínimo 5 (cinco) fillers (pessoas sabidamente inocentes)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os indivíduos apresentados possuíam características físicas semelhantes entre si?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No caso de fotografias, as imagens apresentavam condições técnicas semelhantes (iluminação, plano de corte, resolução, fundo)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IV – APÓS O RECONHECIMENTO:		
Item	Sim	Não
A testemunha foi convidada a indicar o grau de certeza de sua resposta com suas próprias palavras?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi fornecido feedback sobre eventual coincidência ou não com expectativas da investigação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reconhecimento foi documentado por meio de gravação audiovisual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PORTARIA MJSP Nº 1.123, DE 5 DE JANEIRO DE 2026

Institui o Sistema Nacional de Informações Criminais - Sinic, como base oficial de consolidação e disponibilização de informações criminais.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 7º e 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e nos incisos XVII e XVIII do art. 35 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.003759/2025-11, resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Informações Criminais - Sinic, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como base oficial nacional destinada:

I - à consolidação, gestão e disponibilização padronizada de informações criminais;

II - à reunião exclusiva de dados decorrentes de atos formais de valoração estatal sobre condutas individualizadas;

III - ao subsídio à persecução penal e ao exercício da atividade jurisdicional; e

IV - ao suporte à formulação de políticas públicas de segurança e justiça criminal.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II, não integram o Sinic registros preliminares ou informais que não representem ato formal da autoridade competente no curso da persecução penal, tais como boletins de ocorrência e comunicações anônimas.

§ 2º O Sinic incorporará, de forma integrada, os cadastros criminais já existentes e aqueles que venham a ser criados em lei, reunindo, em uma única base nacional, dentre outros:

I - os registros de pessoas condenadas por integrar organizações ou facções criminosas;

II - os registros de pessoas condenadas por violência sexual contra crianças e adolescentes;

III - os registros de pessoas condenadas por crime de estupro;

IV - os registros de pessoas condenadas por crimes de racismo; e

V - os registros de pessoas com restrições de acesso a arenas esportivas por comprometimento da paz no esporte.

Art. 2º O Sinic será a fonte única para a emissão da Certidão Nacional Criminal - CNC e da Folha de Antecedentes Criminais - FAC, que progressivamente substituirão, para todos os fins, certidões e folhas emitidas por tribunais, polícias civis e institutos de identificação.

Art. 3º O Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de Justiça cooperarão para assegurar a integração e a interoperabilidade do Sinic com as plataformas, cadastros e sistemas nacionais de justiça e de segurança pública, observado o disposto na legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 4º Os dados do Sinic, quando devidamente anonimizados e tratados em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais, poderão ser utilizados para a elaboração de estatísticas criminais oficiais e para o subsídio à formulação e à avaliação de políticas públicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LEWANDOWSKI

